

1 **ATA DA 13ª REUNIÃO PLENÁRIA DO IX PLENÁRIO DO CRP 13**
2 **GESTÃO COMPROMISSO COM A PSICOLOGIA – TRIÊNIO 2019/2022**
3

4 Aos vinte e nove dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte, às dezoito horas, realizou-se a
5 primeira chamada para a 13ª Plenária, do IX Plenário do CRP 13 – Gestão Compromisso com a
6 Psicologia – Triênio 2019/2022. Havendo quórum mínimo foi declarada aberta a Plenária com as
7 presenças das Conselheiras Presidente Carla de Sant’Ana Brandão Costa (CRP-13/2287), Vice-
8 Presidente Marisa Martins Nicodemos (CRP-13/0094), Secretária Ana Kalline Soares Castor (CRP-
9 13/8530), Alisson Thiago Rocha Santos (CRP-13/6043), Antônio Marcos Xavier Soares (CRP-
10 13/5866), Arethusa Eire Moreira de Farias (CRP-13/7272), Clarissa Paranhos Guedes (CRP-
11 13/7675), Cristiane Barbosa dos Santos (CRP-13/6126), Leandro Roque da Silva (CRP-13/5658),
12 Leilane Cristina Oliveira Pereira (CRP-13/5805), Maio Spellman Quirino de Farias (CRP-13/2320),
13 Maria Cristina Soares Cavalcanti (CRP-13/3358), Nádia Patrícia Cordeira Silva (CRP-13/7339),
14 Silvana Barbosa Mendes Lacerda (CRP-13/5985), Vinícius Suares de Oliveira (CRP-13/6337).
15 Tratando-se de plenária de análise de conjuntura, o momento inicial foi dedicado às considerações da
16 convidada Ângela Fátima Soligo, Presidente da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia
17 (ABEP), e teve ainda a presença da convidada Girlene Vieira Lopes (CRP 13/2352), presidente da
18 Comissão de Psicologia Escolar/Educacional do CRP-13. Iniciada a reunião, foi dada a palavra à
19 convidada Ângela Soligo, que mencionou a importância de conversarmos sobre a formação e a
20 educação em psicologia. No início da pandemia as coisas foram sendo feitas sem planejamento.
21 Inicialmente reconhecer o quão especial é esse momento. É um momento de ruptura: de planos, de
22 projetos. A ABEP também precisou se reinventar. O ano de 2020 era de pressão junto ao MEC para a
23 aprovação de algumas diretrizes. Antes do início disso, veio a pandemia. Um dia antes do MEC soltar
24 a portaria 544, havia saído a nota da ABEP junto ao CFP posicionando-se com relação ao ensino
25 presencial. Essa portaria do MEC permite que se proponham estágios remotos, ainda que
26 condicionando às DCNs de cada curso. Entendeu-se que era pertinente e necessário conversar com a
27 categoria (supervisores, professores, alunos) para que essa condição de excepcionalidade fosse
28 avaliada; daí a realização de Seminários Regionais e Nacional. Não estava sendo discutido uma outra
29 forma de fazer psicologia; a discussão era a respeito de como fazer a formação nesse período de
30 pandemia. No dia 22/07 foi elucidado que o que estava sendo apresentado era uma síntese de todo o
31 material recebido nos seminários; ou seja, as tendências daquilo que estava vindo da categoria e das
32 entidades de psicologia: quais elementos em que aparecem acordos ou discordâncias nos
33 posicionamentos. Há princípios que se repetem em todas as regiões, vindo de todas as partes:
34 compromisso da psicologia de responder a essa situação de emergência e desastre, para o qual a
35 psicologia já tem conhecimento acumulado. É consenso que a psicologia deve atuar nesse momento.
36 É consenso que deve haver uma proporcionalidade entre presencial e remoto: não tem como um
37 estudante sair formado apenas através de aula remota. Outro consenso: a experiência presencial
38 deveria vir antes da experiência remota. Para atuar ou cursar num estágio remoto, ter tido
39 experiências presenciais é importante. É consenso que as DCNs são importantes. É unânime a
40 necessidade que deve haver equidade de condições para todos os estudantes. Importância de garantir
41 essa sensibilidade. Aparece como uma tendência a necessidade de dar atenção a condições
42 específicas: p.ex. situações em que o contexto é de uma internet ruim. Quando se vai buscar quais
43 práticas são possíveis, já não há muito consenso. Por exemplo, quanto da telepsicologia pode
44 acontecer no contexto remoto? (Usa-se telepsicologia, e não teleatendimento). Identificou-se outra
45 questão: qual o público alvo que pode ser alcançado pelo atendimento remoto? Sobre o estágio
46 remoto viu-se a necessidade de adaptações curriculares, ainda que emergenciais. Diálogo com a
47 comunidade acadêmica, observância das ênfases, definição do que se chama de prática: esses são

SEDE: Rua Universitário Carlos Marcelo Pinto, 92, Torre- João Pessoa/PB – CEP 58040-350
Tel: (83) 3255-8282 / 3255-8250 - E-mail: crp13@crp13.org.br

SUBSEDE: Rua Vice-prefeito Antônio Carvalho de Souza, 450 – Estação Velha – Centro Jurídico Ronaldo Cunha Lima, sala
1410 – Campina Grande/PB - CEP 58040-350 - Tel/Fax: (83) 3322-6785 -E-mail: subsedecg@crp13.org.br

48 condicionantes importantes. Outros aspectos importantes: número de estagiários por supervisor,
49 remanejamento ou organização do serviço escola para atuações que necessitam de sigilo e
50 confiabilidade. Alerta: as demissões não começaram na pandemia, mas sim em 2016 com a
51 flexibilização das condições de trabalho. Além disso: redução de salário, acúmulo de funções,
52 sobretrabalho, condições de saúde mental. O que não pode ser estágio remoto é outra discussão
53 importante: não pode ser feito atendimento emergencial remoto com crianças e/ou adolescentes
54 vítimas de abuso ou violência; impossibilidade de fazer certos atendimentos remotos à partir da casa
55 do estudante. É uma tendência considerar que para os estudantes que estão iniciando atendimentos, o
56 remoto não é uma opção. Atividades que não promovam o desenvolvimento de competências não
57 podem ser consideradas como atividades de estágios (não atendem a possibilidades de estágio remoto
58 tb). Outra questão: pode haver olhar diferenciado para estudantes concluintes (último ano)? Pode ser
59 que se consiga atender às expectativas. Mas também pode ser que não se atenda totalmente. A
60 situação pandêmica produziu adiamentos e alterações nas vidas e nos trabalhos de todo mundo. O
61 esforço é no sentido de ver o que é possível ser feito. Terminados os seminários serão elaboradas
62 duas peças: já está em fase de elaboração um documento de orientações para a realização de estágios
63 emergenciais remotos e em breve, uma segunda peça começará a ser produzida, um documento
64 compilado de todos os relatórios que os organizadores dos seminários receberam (será feita uma
65 publicação desse material, com um compilado analítico). A prioridade está sendo na elaboração do
66 documento de orientações/recomendações. O estágio é um ponto de intersecção entre formação e
67 profissão. A ideia é produzir um documento que de fato oriente, mas sem renunciar aos princípios: a
68 atividade presencial foi suspensa, as DCNs e os princípios não foram. O documento a ser produzido
69 deve considerar todas essas coisas. A ideia é produzir uma peça que ajude as entidades a lidar com as
70 pressões que estão sofrendo. Finaliza sua fala reafirmando a necessidade de manutenção dos diálogos
71 nesse sentido. Carla Brandão considera que foi uma iniciativa muito pertinente da ABEP em conjunto
72 com o Sistema Conselhos de iniciar o diálogo para tratar sobre essa questão. A preocupação dos
73 estudantes, por um posicionamento do Sistema Conselhos, era notável. Deste modo, convidar a
74 categoria para falar sobre o assunto permite que o Sistema Conselhos posicione-se de forma mais
75 validada. Clarissa informa que se inscreveu para tirar uma dúvida: parou na discussão à partir do
76 posicionamento do CF lá atrás, quando da publicação da Nota entre ABEP e CF. Quer entender como
77 foi pensada e considerado estratégico tomar a iniciativa de abrir o diálogo no lugar de ir para o
78 embate. Acredita que a pandemia está sendo a ‘desculpa’ para uma série de coisas. Por exemplo,
79 muitas universidades que antes tinham um posicionamento mais favorável à qualidade do ensino,
80 agora deram lugar ao ‘mercado’. Pergunta: Como podemos agir frente a esses grandes mercados?
81 Como lidar com a flexibilização do EAD? Outra preocupação: a possibilidade de retorno às aulas
82 ainda esse ano, em especial nas universidades, tendo em vista que em tese os alunos poderiam
83 obedecer às regras de distanciamento e outras. Ângela concorda com Clarissa no sentido de que antes
84 a ABEP e o CF vinham no embate, na defesa de que psicologia se faz com presença. Para isso, havia
85 um suporte legal, que era a portaria do MEC 343. Em maio houve uma sugestão de flexibilização dos
86 estágios, depois o MEC homologou esse parecer, daí veio a portaria 544 (MEC), em junho. Nessa
87 portaria diz que é possível realizar estágios práticos e de laboratório por via remota. Essa é uma
88 realidade que passou a ter legalidade, ainda que sem legitimidade. Informa que, enquanto membro da
89 ABEP, preocupa-se ao pensar em atividades remotas, visto que defende a presencialidade. Porém,
90 avaliou-se que continuar dizendo ‘não’ sem diálogo com a categoria, esse ‘não absoluto’ teria o
91 mesmo efeito de um ‘sim absoluto’. A portaria diz que pode, não adiantaria continuar dizendo
92 simplesmente ‘não’. Essa é a realidade de agora. As instituições vão fazer. Na ausência de
93 referências, elas farão de qualquer jeito. Avaliamos que era mais estratégica a construção do diálogo
94 e das referências. A ideia é apontar quais as possibilidades de fato, as impossibilidades e as condições

SEDE: Rua Universitário Carlos Marcelo Pinto, 92, Torre- João Pessoa/PB – CEP 58040-350
Tel: (83) 3255-8282 / 3255-8250 - E-mail: crp13@crp13.org.br

SUBSEDE: Rua Vice-prefeito Antônio Carvalho de Souza, 450 – Estação Velha – Centro Jurídico Ronaldo Cunha Lima, sala
1410 – Campina Grande/PB - CEP 58040-350 - Tel/Fax: (83) 3322-6785 -E-mail: subsedecg@crp13.org.br

95 de como tornar possível. Deixamos muito explícito que essa medida é para o período da pandemia.
96 Não controlamos tudo. O desejo do MEC é ceder para o mercado. Sobre o retorno às aulas, vários
97 estados manifestam o ‘desejo’ da volta. Por exemplo, em SP as universidades dizem que não voltam,
98 mas querem que as aulas das crianças voltem. No Piauí, por exemplo, o governo do estado já chamou
99 todos os profissionais para atuar nas linhas de frente. Há uma nota técnica falando sobre isso. Dentro
100 das condições dos protocolos de segurança estabelecidos pelo OMS e adotados pelo Conselho
101 Nacional de Saúde e pelo Ministério de Saúde. Teoricamente a volta a sala de aula é possível, mas na
102 prática não é bem assim. Da mesma forma, nos laboratórios e nos serviços escolas. Não somos
103 contrários às nossas estagiárias estarem nas frentes de trabalho, desde que obedecidas as condições de
104 segurança no trabalho bem como no transporte (ida e vinda). São várias as questões que se colocam:
105 tudo isso está sendo avaliado, e aparecerá no documento de recomendações. Carla sugere que, por
106 causa do horário, durante a próxima fala seja aberta apenas mais uma inscrição. Marisa menciona que
107 as instituições estão agindo independente de qualquer orientação nossa. Universidades públicas e
108 privadas parecem equivalentes no sentido de perenizar o ensino à distância; a pandemia facilitou e
109 prova que é possível o EAD. Menciona que acredita que as coisas estão tomando outro sentido, e que
110 passada a pandemia não se retorna ao ponto em que se estava antes. O contexto mostra que pode ter
111 estágio à distância, ensino à distância. Ângela concorda com o que Marisa falou. Teme que com a
112 prática do governo, a pandemia seja aproveitada para aprovar uma série de coisas, entre elas a EAD
113 como realidade no Brasil. Afirma que tem-se consciência de que aqueles que querem fazer as práticas
114 de ensino de forma mal feita, o farão. Porém muitas instituições continuam segurando, tentando
115 ‘prender’ o estágio à distância, algumas aguardam o documento de orientação. Percebeu que não há
116 uma regra: dependendo do Estado, universidades públicas defendem o estágio remoto enquanto
117 universidades privadas mostram cautela. A ideia é construir as referências e acompanhar;
118 continuando o embate e o diálogo. A ideia é que as DCNs sejam aprovadas pelo MEC, o que pode
119 dar uma força jurídica para a ABEP e o CF. Porém, muita coisa vai passar, inclusive com a
120 concordância de parte da categoria profissional e estudantil de psicologia. O que podemos fazer é
121 construir parâmetros e continuar na luta. Carla se inscreveu porque tem uma reflexão a fazer: é uma
122 situação inevitável, e afirma que pensa sobre o impacto disso dentro de algum tempo. Sobre os
123 profissionais em formação que estão passando por isso, pauta-se na fala dos recém formados (quando
124 terminam o curso, muitas vezes não se sentem prontos, mesmo tendo estágio presencial). Pensa qual
125 a qualificação do profissional que não está tendo estágio presencial. Solicita o posicionamento de
126 Angela nesse sentido. Ângela afirma que essa insegurança se apresenta no discurso de muitos
127 estudantes. Outra insegurança diz respeito à própria seletividade do mercado. Essa seletividade pode
128 servir como uma barreira para aqueles que se formarem no contexto da pandemia. Não temos
129 respostas ainda. Temos preocupações: pela psicologia, pelos futuros profissionais, pela comunidade
130 onde estes trabalharão. Ao final da fala de Ângela, Carla pergunta se alguém mais deseja fazer
131 alguma consideração. Diante do silêncio, Carla agradece a presença de Ângela e de Gírlene e
132 despede-se de ambas, que saem da sala, para a sequência da plenária de acordo com os pontos de
133 pauta apresentados. Silvana pergunta se a plenária começou com a fala de Ângela, ao que todos
134 respondem que sim. Carla pergunta se o assunto já esgotou. Leo Roque fala que os debates internos
135 nas instituições são pautados por outros aspectos. O administrador, por exemplo, pensa em como fará
136 ‘a roda girar’. O que surpreende é verificar que alguns docentes, colegas, se colocam a favor de uma
137 prática de estágio remoto não apenas no sentido da condução de uma ênfase da psicologia clínica
138 (mas até mesmo dentro das instituições públicas). Carla menciona que entende que o posicionamento
139 do CF e da ABEP foi estratégico, vez que o MEC se posicionou. Muitos professores até mesmo
140 dizem: a ABEP orienta, mas NÃO determina. Diante disso, abrir ao diálogo permite que a ABEP e o
141 Sistema Conselhos deem voz a categoria. Sobre esse ponto, considera-se encerrado por hoje, mas

SEDE: Rua Universitário Carlos Marcelo Pinto, 92, Torre- João Pessoa/PB – CEP 58040-350
Tel: (83) 3255-8282 / 3255-8250 - E-mail: crp13@crp13.org.br

SUBSEDE: Rua Vice-prefeito Antônio Carvalho de Souza, 450 – Estação Velha – Centro Jurídico Ronaldo Cunha Lima, sala
1410 – Campina Grande/PB - CEP 58040-350 - Tel/Fax: (83) 3322-6785 -E-mail: subsedecg@crp13.org.br

142 pode voltar a ser discutido depois. Carla afirma querer fazer uma justificativa: normalmente o teto é
143 até as 20h00, mas diante da pauta o teto hoje será 20h30; em especial a votação do relatório
144 financeiro e da nota técnica da CED. Leitura e assinatura da ata da última reunião: não tendo sido
145 feitas alterações, a ATA foi aprovada por unanimidade. Clarissa questiona se as atas anteriores serão
146 aprovadas na próxima plenária, ao que foi respondido que sim. Carla pede **inversão de ponto de**
147 **pauta** e justifica a ausência da conselheira Soraia, que está de plantão e deve entrar na reunião após
148 as 19h00. Comunica ainda que a Coordenadora Geral Mônica Bandeira entrará também na reunião
149 para falar sobre alguns pontos que sofreram modificações no Relatório da Gestão. **Ponto 2. Nota**
150 **Técnica da Comissão de Emergências e Desastres.** Vinicius informa que sobre a nota técnica, a
151 CED recebeu a função de elaborar uma nota técnica mais geral e que caberia as comissões trabalhar
152 sobre temas mais específicos. Com o material que a CED recebeu, a comissão decidiu submeter à
153 votação a parte mais geral, e que as demais contribuições seriam recebidas depois. Salaria ainda que
154 as técnicas da COF fizeram algumas sugestões, mas que o teor desta não sofreu alterações efetivas.
155 Clarissa menciona que a antecipação da votação da nota se deu porque a próxima plenária será
156 apenas em 15/08 e que muitos profissionais já estão retornando as atividades. A ideia é que essa nota
157 seja enviada aos gestores. Visto que algumas comissões não mandaram suas contribuições, a CED
158 entende que é necessário agilizar. Arethusa acrescenta que pelo calendário da CED era para essa nota
159 ter sido apreciada em 13 de julho, mas que por causa dos problemas já conhecidos (envio do e-mail),
160 o prazo foi sendo postergado. Vinicius afirma que, considerando atrasos, a CED gostaria que essa
161 nota fosse lançada em julho; as pessoas estão demandando orientações. Lançar essa nota em agosto
162 ou setembro perderia o sentido. A CED sugere que as comissões se debrucem mais nas questões e
163 peculiaridades dos seus campos de atuação. Carla faz uma sugestão de encaminhamento e uma
164 pergunta: houve alteração de ontem para hoje, a partir da leitura do plenário? Se teve alteração, que o
165 trecho seja apontado. Se não houve alteração, que venham as dúvidas e perguntas para que possa ser
166 aberta a votação. Vinicius informa que teve retorno da COF, na terça feira, fazendo adequações no
167 formato da nota. Cristiane sugere pular os ‘considerandos’ e então passar à leitura da nota integral.
168 Silvana afirma que solicitou que as técnicas da COF colocassem no formato da nota técnica, e que
169 houve também uma alteração no número de uma normativa. O plenário considerou importante, por
170 maioria, fazer a leitura da nota, conforme a sugestão de Cristiane. Vinicius procede à LEITURA DA
171 NOTA. Alisson Thiago faz a seguinte consideração: “Eu tenho uma consideração em relação a
172 expressão grupos de risco. Acredito que poderia ser trocada por pessoas que apresentam fatores de
173 risco. A expressão grupo de risco está muito maculada e foi algo superado nas discussões de redução
174 de danos e também em relação aos soropositivos homossexuais”. Ana Kalline pergunta se a nota já
175 passou por revisão de linguagem (com a Assessoria de Comunicação). Vinicius afirma que não e
176 sugere que passe também pelo olhar da Assessoria Jurídica. Colocada em votação, a sugestão de
177 Thiago foi acolhida por unanimidade. Feita a adequação, foi aberta a apreciação da nota. Carla coloca
178 em regime de votação, com indicação de encaminhamento para Assessoria Jurídica e Assessoria de
179 Comunicação. **Aprovada por unanimidade. Ponto 1. Aprovação da Prestação de contas do**
180 **exercício de 2019.** Para a discussão desse ponto, entram na reunião a Coordenadora Geral Mônica
181 Bandeira e a Tesoureira Francisca Soraia Patriota Soares (CRP-13/2099). Carla explica que a
182 proposta é que Monica apresente as alterações que foram feitas a partir das sugestões do plenário,
183 para que o relatório seja votado. Mônica informa que realizou as seguintes alterações: pag 15 (gestão
184 compromisso com a psicologia), pag 45 (nomes de Arethusa e Andreia) e 59 (palavra
185 inexigibilidade). Silvana pergunta com relação à renovação do contrato com a assessoria jurídica.
186 Pede explicações por considerar ter havido um erro na realização do aditivo ao contrato da assessoria
187 jurídica, em especial considerando o vencimento do contrato no dia 24/02 e a assinatura do aditivo no
188 dia 29/02. Carla informa que a data de 24 de fevereiro era carnaval. Cristina menciona que os prazos

189 são contados e os contratos renovados sempre um dia à frente. Menciona que o contrato faz lei entre
190 as partes. Fala que precisa haver exposição de motivos. Sobre os aditivos, fala da importância de
191 constar a possibilidade nos termos contratuais também. Afirma que a assinatura do aditivo, no dia
192 29/02, está de acordo com as possibilidades legais. Clarissa menciona a importância de verificar os
193 contratos de assessoria. Carla informa que essa semana passou em diretoria um documento da
194 Comissão de Licitação, no qual são considerados vários contratos das assessorias, bem como os
195 procedimentos para a realização de licitação relativos a estes. Mônica informa que está passível de
196 erros, e que o conselho é um fiscalizando o outro. Informa ainda que será feita uma licitação, que ela
197 é pública, e sugere que seja feita uma notificação à Assessoria Jurídica, explicitando a insatisfação
198 deste Conselho com a assessoria, para que ela não participe novamente da licitação. Sobre o convite,
199 não há obrigação de publicar no diário oficial, mas no caso do pregão existe essa preocupação. Carla
200 coloca em votação o relatório. **Aprovado por unanimidade.** Surge a questão da necessidade de
201 assinatura da presente ata. Em razão da pandemia, o plenário entende que a forma mais prática para
202 efetivar tais assinaturas, seja através de assinaturas digitais. Alguns conselheiros informam que não
203 possuem assinatura digital, ao que é dado um prazo para que estes providenciem suas assinaturas
204 digitais e encaminhem à Mônica até amanhã (30/07). A conselheira Soraia e a Coordenadora Mônica
205 saem da reunião. **Ponto 3. Integração das Comissões.** Carla traz uma proposta sobre a questão da
206 integração de comissões. Sugere que nas plenárias de análise de conjuntura tenha a presença das
207 comissões. A partir de cada tema sugerido, escolher uma comissão para participar dela por meio de
208 uma representação. **Aprovada por unanimidade.** Maio pergunta se a próxima plenária pode ser
209 aberta ao público e realizada no mês de agosto, como parte do calendário comemorativo. Ana Kalline
210 informa que a CCE está com o calendário sobrecarregado para o mês e que não teria condições de
211 providenciar outro evento, considerando em especial a logística. Arethusia menciona que o formato
212 sugerido por Maio descaracteriza a plenária, e que se trataria assim de reunião aberta. Consideradas
213 as observações, o plenário entende por não acatar a sugestão de Maio Sobre a data da próxima
214 plenária de análise de conjuntura, considerando as atividades para o mês da psicologia, sugere-se que
215 a data escolhida seja entre os dias 01 a 04 de setembro. O tema sugerido é sobre Ética (inclusive
216 quanto à divulgação de serviços profissionais). Ana Kalline sugere que a Comissão de Orientação e
217 Ética ajude a indicar o nome do profissional a ser convidado. Sugestões acatadas. Encerrados os
218 trabalhos, sem mais demandas. Eu, Ana Kalline Soares Castor, lavrei e assinei a presente ata junto a
219 todas/os presentes.